

A república mundial de Höffe e a crítica de Habermas

Leonardo da Silva Cezarini

Orientador: Prof. Dr. Draiton Gonzaga de Souza

Grau: Mestrado

Data da defesa: 30/11/2009

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2452

RESUMO

Com o surgimento da comunicação em nível global, os seres humanos encontram-se ligados como nunca antes na história da humanidade. Em meio ao que convencionamos denominar de “Globalização”, a racionalidade humana recebe novos desafios que se perfilaram com o desenrolar histórico. Frente a estes novos desafios, os antigos paradigmas da racionalidade ocidental, bem como nossa organização social tentam configurar-se com saídas que respeitem as conquistas anteriores tais como a condenação da escravidão e os direitos humanos e, ao mesmo tempo, criem soluções para graves problemas como os de cunho ambiental e da satisfação das necessidades – sejam elas econômicas ou morais – da comunidade globalizada. Para tanto, baseado no ideal Kantiano de uma Paz Perpétua onde os povos, além de adotarem um modelo republicano, ainda viveriam em harmonia com as demais repúblicas, Otrified Höffe, propõem a formação de uma República Mundial única. Respeitando a diversidade e os Estadosnacionais já existentes, garanta o cumprimento de normas ambientais e dos direitos humanos. Tal república remonta sua legitimação frente a uma nova forma de teorização sobre o estado, que não busca mais suas especificações apenas no conflito ou apenas na cooperação, mas em uma nova forma de fundamentação: a troca. Höffe não mais embasa a legitimação sob pontos de vistas que se polarizam entre um “altruísmo” ou um “egoísmo”, mas em trocas recíprocas que garantam determinados objetivos. Tal mudança é acompanhada pela proposta de uma mudança no paradigma racional, que agora visa uma comunicação ética. Onde um sistema – ou a burocracia estatal – deve manter-se afastada de um mundo da vida, de cada sujeito, proporcionando de forma ética a convivência de todos os seres humanos. Em sua teoria de agir comunicativo, Habermas apresenta tal protótipo, relegando uma importante contribuição para filosofia. No presente trabalho, após uma apresentação detalhada de ambas as propostas, será proposta um debate entre as idéias de ambos os autores, a fim de proporcionar uma nova visão sobre a possibilidade da criação de uma República Mundial Subsidiária, de tal forma que a importância de tal discussão se apresenta no mesmo grau da inovação para uma República Mundial Subsidiária, que, por sua vez, se efetivada, tocará na vida cotidiana de cada um dos sujeitos do mundo.

Palavras-chave: República Mundial. Teoria da Ação Comunicativa. Estado. Globalização. Democracia

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.3 – Nº. 1	Junho 2010	p.186-196
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------

O papel do escravo em Aristóteles e Hegel

Eurico Jorge Nicuia

Orientador: Prof. Dr. Thadeu Weber

Grau: Mestrado

Data da defesa: 10/12/2009

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2453

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo analisar o papel do escravo em Aristóteles e em Hegel, tendo presente os contextos histórico-filosóficos da escravidão no primeiro capítulo; bem como a abordagem filosófica da escravidão em Aristóteles e em Hegel no segundo capítulo; finalmente, debruçar-se sobre o papel do escravo nos dois filósofos, no terceiro capítulo onde destacamos os seguintes: i) doméstico, o único papel descrito por Aristóteles porque o escravo não participava de outras atividades da cidade ii) lógico-ontológico ou a relação interdependente entre as duas consciências-de-si que buscam a certeza-de-si através do aparecer da outra consciência, pela submissão e trabalho da consciência escrava que constituem as formas de luta pela sobrevivência de ambas as consciências. Por conseguinte, ainda neste papel, aborda-se a dimensão social da pessoa humana através da categoria da alteridade, pois é inconcebível o “Eu” sem a existência do “Outro”; iii) ético-político, a partir da teoria do reconhecimento - uma teoria filosófica moderna que conta com a categoria da intersubjetividade que torna possível a formação da consciência individual, o reconhecimento dos sujeitos na sociedade e no Estado e a conquista da liberdade; iv) gnosiológico a partir da dialética entendida como método e sistema científico a partir dos três momentos da evolução do conhecimento: tese, antítese e síntese. Em Hegel, para que o conhecimento seja verdadeiro, absoluto, científico deve passar por uma enunciação ou afirmação da realidade que se pretende expor (tese); seguindo-se pela crítica ou “negação” de dados ou afirmações colocadas (antítese) e, por fim, o “desenvolvimento de uma nova afirmação, assumindo pontos importantes e permanentes da posição original, ampliando-a” (síntese). Trata-se do mesmo processo que ocorre na dialética do senhor e do escravo.

Palavras-chave: Escravidão. Dialética. Auto-consciência. Reconhecimento. Liberdade.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.3 – Nº. 1	Junho 2010	p.186-196
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------

Liberdade: Hegel e os contrapontos de Ernst Tugendhat e Isaiah Berlin

Emerson Baldotto Emery

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Luft

Grau: Mestrado

Data da defesa: 07/01/2010

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2499

RESUMO

Este estudo descreve e analisa o conceito hegeliano de liberdade e o contrapõe ao enfoque de dois de seus críticos: Ernst Tugendhat e Isaiah Berlin. O objetivo é a compreensão das implicações dos conceitos expostos à realidade atual, como ferramenta de interpretação dos limites de liberdade individual e social presentes nas sociedades modernas. O eixo da análise é o sistema de filosofia prática de Hegel, que mostra o conceito de liberdade como efetivação do Espírito Absoluto que só alcança sua plenitude no estágio de desenvolvimento social representado pelo Estado. Trata-se de uma visão que enaltece as conquistas e possibilidades humanas, porém, restringe o agir livre por meio da submissão da liberdade negativa à liberdade positiva, dada pela autodeterminação do agente racional. O confronto das idéias hegelianas com as concepções de Tugendhat e Berlin clareia os caminhos pelos quais o argumento de uma solução estritamente racional alcança um resultado autoritário, contrário aos conceitos correntes de liberdade. Para Berlin o monismo deve ser refutado e há ao menos duas formas de liberdade, negativa e positiva, a primeira, condição para a segunda. Tugendhat alerta para a impossibilidade da vida social e moral sob a liberdade de Hegel, afirmando inexistir sociedade sem o conceito de responsabilidade, que se extingue com extrema limitação ou inexistência de escolha. Afirma que Hegel substitui a decisão por reflexão pela confiança no Estado ético, o indivíduo livre hegeliano não decide, acata, alijando sua consciência moral privada para considerar apenas a lei. A conclusão constata que os três autores não crêem ser o necessitarismo plausível, fundamentado em que sua efetivação tornaria sem sentido muitos aspectos da vida social que a humanidade conhece, e verifica na história um aumento da complexidade do conceito de liberdade para sua aplicação prática, em decorrência do imbricamento do que seja liberdade com as condições de liberdade e pelo aumento das dimensões daquilo que hoje se poderia considerar um mínimo necessário para a constatação do que é ser livre. Constata que os limites para o exercício da liberdade não são tão extensos como se pensava o que abre espaço para a especulação de um novo conceito moral monista.

Palavras-chave: Berlin. Determinação. Estado. Hegel. Liberdade. Tugendhat.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.3 – Nº. 1	Junho 2010	p.186-196
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------

O conceito de existência em Martin Heidegger e Ernst Tugendhat

Marcos Fanton

Orientador: Prof. Dr. Ernildo Jacob Stein

Grau: Mestrado

Data da defesa: 11/01/2010

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2450

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo explicitar e refletir sobre os conceitos de existência dos filósofos Martin Heidegger e Ernst Tugendhat. Para tanto, exponho, na Introdução, um breve e amplo panorama da discussão sobre o conceito de existência na filosofia contemporânea e apresento a metodologia do trabalho, baseada nos conceitos de palavra, conceito, problema e posição filosófica. No Primeiro Capítulo, sobre Heidegger, procuro demonstrar que, em *Ser e Tempo*, podemos encontrar três conceitos de existência [1] existência como o todo do ser do *Dasein*; [2] existência como um dos momentos constitutivos do *cuidado*; e [3] existência como *ex-sistência*. Tais modificações conceituais, e esta é minha hipótese, não revelam uma imprecisão do método fenomenológico-hermenêutico, como afirmam certos filósofos de vertente analítica, mas uma de suas particularidades que permite um controle semântico intersubjetivo. Discuto, ainda neste capítulo, as formulações do conceito de existência dos “filósofos da existência”, Kierkegaard, Jaspers e Sartre, com o objetivo de alcançar uma melhor compreensão da proposta do próprio Heidegger. No Segundo Capítulo, tenho como hipótese inicial que Tugendhat elabora, em um grupo de obras específico, três conceitos de existência: [I] existência como identificação; [II] existência temporal; e [III] existência como relacionar-se consigo mesmo, sendo que, em todos eles, há uma pretensão de estar de acordo com o princípio fundamental da filosofia analítica. Ao final, mostrarei que o terceiro conceito pode provocar dúvidas a respeito de uma concordância com tal princípio. Por fim, nas Conclusões Finais, volto, novamente, à discussão da metodologia do trabalho, agora com a hipótese programática de uma tentativa de diálogo entre ambas as posições filosóficas e como isto poderia ser realizado. Como resultado, exponho, ainda, que a principal motivação para utilizarmos o conceito de existência na filosofia contemporânea é o intuito de uma descrição filosófica da existência do ser humano como uma existência singular, finita, insubstituível e que precisa ser levada a cada momento por cada um. Isto traz, por consequência, a necessidade de re-elaboração de outros conceitos fundamentais, como, por exemplo, o de verdade, liberdade, transcendência, tempo, entre outros.

Palavras-chave: Martin Heidegger. Ernst Tugendhat. Existência. Relacionar-se consigo mesmo. Filosofia analítica da linguagem. Filosofia hermenêutica

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.3 – Nº. 1	Junho 2010	p.186-196
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------

Que é compreender? Estudo a partir de Hans-Georg Gadamer

Evandro Pegoraro

Orientador: Prof. Dr. Nythamar de Oliveira Jr.

Grau: Mestrado

Data da defesa: 12/01/2010

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2495

RESUMO

Esta dissertação tem o objetivo de recriar o conceito de compreensão (*Verstehen*) na obra *Verdade e Método* de Hans-Georg Gadamer. Para ele, a compreensão consiste num atributo da experiência de mundo do ser humano. A tese é desenvolvida a partir de dois pressupostos: (i) o conceito de *Lebenswelt* de Husserl, o qual é condição de possibilidade de conhecimento: antes de ser sujeito cognoscente já se é objeto no mundo; (ii) a contribuição de Heidegger, na definição de fenomenologia como hermenêutica através da retomada do sentido do ser no *Dasein*, que é conhecida sob o nome de “hermenêutica da facticidade”. Primeiramente, tratase do modo de ser da obra de arte como parâmetro a fim de se investigar o fenômeno da compreensão. Assim como a experiência da obra de arte, o conceito de jogo possui um fim em si mesmo, que se configura enquanto o espectador (o jogador) envolve-se no espetáculo (no jogo). Posteriormente, trata-se de pensar o princípio da historicidade da compreensão, o qual inclui a substancialidade da historicidade do intérprete e a consciência do valor da tradição no ato de compreender textos. Aqui, a reabilitação do preconceito como condição de possibilidade do intérprete torna-se chave. Quando se diz da *experiência* hermenêutica quere se referir à experiência da finitude humana que nunca é repetida, e está em constante processo de aprendizado. Por fim, trata-se do caráter da linguagem da compreensão como meio privilegiado da experiência hermenêutica. Especificamente, é na linguagem - como diálogo - que se mostra o caráter especulativo, no qual o sentido da coisa em questão mostra-se tal e qual ela é. Nela é que a compreensão encontra sua objetividade e, por isso, dá à compreensão o caráter de universalidade. Portanto, a finitude, a historicidade humana e o modo de ser linguagem são pressupostos da compreensão, os quais atuam no acontecer da compreensão e lhe dão o caráter de legitimidade ainda que não sejam demonstráveis.

Palavras-chave: Compreensão. Arte. Jogo. Historicidade. Finitude. Modo de ser linguagem.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.3 – Nº. 1	Junho 2010	p.186-196
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------

A convergência ao Uno no contexto das *Enéadas*

Rudinei dos Santos Marques

Orientador: Prof. Dr. Reinholdo A.Ullmann

Grau: Mestrado

Data da defesa: 19/01/2010

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2492

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar, a partir das *Enéadas*, o que são e como se articulam os dois momentos da filosofia plotiniana, processão e retorno, analisando o processo dedutivo a partir do qual o Uno se faz múltiplo, os três caminhos ascensionais que reconduzem da multiplicidade à unidade, bem como a importância do autoconhecimento para o caminho de retorno, enfatizando que o sistema de Plotino, forjado a partir da filosofia precedente e de sua própria experiência existencial, tem como propósito central a reunificação com o Uno.

Palavras-chave: Plotino. Neoplatonismo. Metafísica. *Enéadas*. Processão. Retorno ao Uno.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.3 – Nº. 1	Junho 2010	p.186-196
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------

Justificação epistêmica: *prima e ultima facie*

Lionara Fusari

Orientador: Prof. Dr. Claudio G. de Almeida

Grau: Mestrado

Data da defesa: 04/03/2010

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2490

RESUMO

A investigação e a análise relativa ao problema da justificação epistêmica são realizadas desde a Antiga Grécia, sendo a justificação um dos assuntos bem centrais no estudo da epistemologia contemporânea. Nesse sentido, este trabalho aborda inicialmente o conceito de justificação, algumas fontes de justificação para as crenças e algumas teorias da justificação epistêmica. Um pressuposto que deve ser levado em conta é que sempre a ideia de “justificação”, sobre a qual se trabalha aqui, é a de uma justificação falível. Posteriormente, a explanação aqui realizada se detém no estudo das condições estruturais da justificação, através da compreensão dos termos “*prima facie*” e “*ultima facie*”, bem como de “anulador epistêmico”. Esse relevante passo conduz para a análise propriamente dita da justificação epistêmica *prima e ultima facie* – que praticamente pode ser assinalada como a primeira sendo suscetível à anulação epistêmica, e a última com a suscetibilidade superada. O aprofundamento mais amplo desta pesquisa está relacionado a examinar criticamente alguns exemplos que aclaram o significado de ‘justificação *prima facie*’ e ‘justificação *ultima facie*’ na prática, compreendendo também como essa terminologia poderia ser vantajosa dentro do internalismo e do externalismo.

Palavras-chave: Justificação epistêmica. Justificação *prima facie*. Justificação *ultima facie*; Anulabilidade epistêmica. Internalismo. Externalismo. Conhecimento.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.3 – Nº. 1	Junho 2010	p.186-196
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------

A teoria da justiça de Amartia Sen: liberdade e desenvolvimento sustentável

Neuro José Zambam

Orientador: Prof. Dr. Nythamar de Oliveira Jr.

Grau: Doutorado

Data da defesa: 07/12/2009

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2456

RESUMO

O ideal de justiça é o objetivo mais importante da organização social, presente nos diferentes estágios da história da humanidade. Sua fundamentação adquire maior vitalidade considerando as gritantes desigualdades que assolam as sociedades, caracterizadas pelo acelerado processo de globalização. Ao mesmo tempo, ocorre um aumento sem precedentes da produção de bens, da inovação tecnológica e da capacidade de comunicação. Essa contradição ameaça a legitimidade e a estabilidade social, política, econômica e cultural, sendo responsável, em muitas situações, pelo desequilíbrio das relações entre as pessoas e entre os países. O ordenamento social que prioriza o acesso aos bens, a maximização da liberdade individual e avalia o agir humano e a organização social pela sua utilidade é insuficiente para a equalização dos graves dilemas contemporâneos. Especificamente, as desigualdades simbolizadas na distribuição dos bens, nas limitadas formas de participação política, na utilização indiscriminada dos recursos disponíveis e na deficiência ou inexistência dos mecanismos e das instituições democráticas demonstram a fragilidade das estruturas sociais, da mesma forma que impedem as condições para a justiça. As diferenças, por sua vez, são características que integram a dinâmica da natureza, da ação humana e do funcionamento da sociedade. Estas, ao contrário das desigualdades, dinamizam e contribuem para a evolução de uma organização social equitativa. Desconsiderá-las representaria a opção por uma organização social linear, o que exclui o valor moral substantivo da liberdade, essencial para a construção da justiça. A Teoria da Justiça de Amartya Sen, estruturada com base no valor moral substantivo da liberdade, é decisiva para a implementação e a avaliação da justiça nas sociedades contemporâneas. Nessa perspectiva, as pessoas têm as condições indispensáveis para o exercício das liberdades substantivas, a escolha de um conjunto de funcionamentos essenciais para o desenvolvimento das capacidades e, na condição de sujeito ativo, atuar em vista de uma estrutura social justa. A fundamentação filosófica, integrada com a reflexão das ciências econômicas, caracteriza uma abordagem com as condições de contemplar, além dos interesses individuais e coletivos, as condições indispensáveis para uma arquitetura social comprometida com os valores e os recursos da democracia que se consagrou como o sistema de organização social, que, com seus múltiplos recursos e instrumentos, respeita, dinamiza e fortalece as diferenças existentes no seu interior; corrige equitativamente as deficiências e as 6 desigualdades; administra as demandas internas e externas com vista à efetivação da justiça. Por isso, uma sociedade justa também é livre, sustentável e democrática. O atual modelo de desenvolvimento, que prioriza essencialmente o crescimento econômico, o aumento da produção e do consumo, o acesso às novas tecnologias e a expansão do comércio, não tem legitimidade moral porque limita a pessoa à condição de meio para a realização dos fins previamente planejados; utiliza indiscriminadamente os recursos naturais, sem a necessária avaliação dos impactos e das consequências para o equilíbrio ambiental e para as relações sociais, da mesma forma que inviabiliza as condições de existência segura das futuras gerações. O modelo de desenvolvimento que prima pela sustentabilidade representa um ideal que impulsiona e orienta a

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.3 – Nº. 1	Junho 2010	p.186-196
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------

estruturação das relações entre as pessoas, com os bens disponíveis, os recursos naturais e as futuras gerações de forma equitativa e orientado pelo valor moral substantivo da liberdade. A atuação do Estado, do mercado e das demais instituições, garantidas as suas especificidades, ocorre de forma integrada e complementar, aprimora a democracia e fortalece a construção da justiça. Uma concepção de justiça que tem como referência o valor moral substantivo da liberdade tem especial preocupação com a estabilidade e a legitimidade das sociedades, representadas, prioritariamente, no atendimento das necessidades humanas, nas relações entre as diferentes culturas, no princípio de sustentabilidade, nas relações internacionais e na opção e consolidação da estrutura democrática, sem a qual não se podem fundamentar as condições de igualdade e de justiça social.

Palavras-chave: Democracia. Desenvolvimento Sustentável. Igualdade. Liberdade. Justiça.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.3 – Nº. 1	Junho 2010	p.186-196
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------

Metaconhecimento e ceticismo de segunda ordem

Rogel Esteves de Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Claudio Gonçalves de Almeida

Grau: Doutorado

Data da defesa: 02/03/2010

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2678

RESUMO

Este ensaio trata do metaconhecimento, ou do “saber que sabe”. Mais especificamente, ele trata do metaconhecimento de proposições contingentes sobre o mundo exterior, embora possa ser aplicado sem problemas a outras classes de proposições contingentes (sobre o passado, outras mentes, etc.). Partindo de uma pressuposição *falibilista*, *internalista* em justificação e de uma análise *tradicional* do conhecimento acrescida da teoria dos *derrotadores*, o problema investigado é o de se as pessoas ‘comuns’ *realmente* têm (e como) o metaconhecimento daquelas proposições, como nos parece que têm. Para isto, será necessário, ainda, pressupor que o ceticismo de *primeira* ordem é *falso*; do contrário, o metaconhecimento seria trivialmente impossível. Ao examinar vários modos supostamente *suficientes* de se obter metaconhecimento – alguns dos quais, usualmente oferecidos pelos seus defensores -, vamos mostrar que são todos problemáticos, errados ou duvidosos. Não vamos, contudo, *provar* que o metaconhecimento é *impossível* ou *não existe*. Por conta disto, a tese proposta será a de um *ceticismo de segunda ordem pirrônico*, ou seja, vamos propor – em estado de *aporia* ou perplexidade - a *suspensão de juízo* sobre a possibilidade e existência do metaconhecimento, assim como a necessidade de continuar a investigação.

Palavras-chave: Metaconhecimento. Saber que sabe. Tese KK. Ceticismo de segunda ordem. Pirronismo.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.3 – Nº. 1	Junho 2010	p.186-196
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------

Construção e crítica da teoria das idéias na filosofia de Platão: dos diálogos intermediários à primeira parte do Parmênides

Marcio Soares

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Luft

Grau: Doutorado

Data da defesa: 04/03/2010

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2684

RESUMO

Platão é conhecido, sobretudo, entre outros aspectos de sua filosofia, pela sua ‘teoria das Ideias’. Tal teoria encontra-se, em sua melhor formulação, nos diálogos da fase intermediária da produção literária do Filósofo, sendo que os mais expoentes são: a *República*, o *Fédon*, o *Fedro*, o *Banquete* e o *Timeu*. Contudo, o *Parmênides*, diálogo que está no limiar entre as fases intermediária e tardia da obra de Platão, apresenta sérias críticas à teoria das Ideias, especialmente em sua primeira parte (127d6-135b4). O problema que se levanta, a partir do *Parmênides*, e que divide intérpretes e estudiosos do pensamento de Platão, pode ser expresso em três questões: primeiro, as críticas, presentes na primeira parte do *Parmênides*, são internas ou externas à teoria das Ideias? Segundo, tais críticas são letais à teoria das Ideias, tal como ela se encontra formulada nos diálogos intermediários? Por fim, Platão teria ou não abandonado a teoria das Ideias após o *Parmênides*? No presente trabalho, partindo de uma reconstrução e análise da teoria das Ideias nos diálogos intermediários, especialmente no *Fédon* e na *República* (primeira parte de nosso texto), pretendemos demonstrar os princípios teóricos fundamentais que jazem na base da construção de tal teoria, a saber: a estrutura do ‘um sobre o múltiplo’, o princípio da ‘homonímia’, o ‘dualismo ontológico’ e a hipótese da ‘participação’. Na segunda parte de nosso texto, reconstruímos e analisamos, detalhadamente, as seis objeções críticas apontadas à teoria das Ideias na primeira parte do *Parmênides*. Pretendemos demonstrar, assim, que as críticas almejam exatamente aqueles quatro princípios teóricos fundamentais, recém mencionados acima, presentes na base da construção da teoria das Ideias nos diálogos intermediários. Portanto, o escopo de nosso trabalho é a demonstração de que as críticas à teoria das Ideias, presentes na primeira parte do *Parmênides*, são internas à própria teoria, bem como letais à mesma, conforme sua formulação nos diálogos intermediários. Dessa forma, demonstrado que Platão é crítico de si mesmo no *Parmênides* (i.e., crítico de sua própria teoria das Ideias), abre-se a possibilidade de uma mudança substancial na ontologia platônica presente nos diálogos escritos posteriormente ao *Parmênides*, especialmente no *Sofista* e no *Filebo* – frisamos que a demonstração positiva de uma nova ontologia platônica, nesses diálogos posteriores ao *Parmênides*, não será feita neste trabalho. Dito de outra forma, é nossa hipótese que Platão abandona a teoria das Ideias tal como ela fora construída nos diálogos intermediários (especialmente no *Fédon* e na *República*), haja vista as aporias insolúveis que tal teoria comporta, sobretudo em relação à hipótese da ‘participação’ e ao ‘dualismo ontológico’, conforme o próprio Filósofo nos faz ver na primeira parte do seu diálogo *Parmênides*.

Palavras-chave: Teoria das Idéias. Um sobre o múltiplo. Homonímia. Participação. Dualismo ontológico. Ontologia inflacionária. Navalha de Ockham. Dialética. Diálogos intermediários.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.3 – Nº. 1	Junho 2010	p.186-196
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------